

----- Original Message ----- **From:** Fon-Uol

To: Adelar Pizetta

Sent: Monday, October 16, 2000 8:25 PM

Subject: As acusações sobre o "pedágio" que seria cobrado pelo MST

Por favor, companheiros, divulguem.

Só temos nós mesmos e nossa dignidade.

Sítio www.oficinainforma.com.br

(D)

.....
As acusações sobre o "pedágio" que seria cobrado pelo MST

NOVA INVESTIDA PARA TRATAR A QUESTÃO AGRÁRIA COMO UM CASO DE POLÍCIA

Desde o domingo passado, a imprensa conservadora e autoridades do Governo Federal voltaram a acusar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra por supostos desvios de dinheiro público. Ontem, a Polícia Federal enviou ao Paraná uma equipe de agentes da Divisão Contra o Crime Organizado e Inquéritos Especiais (Decoie) para investigar denúncias de cobrança de "pedágio" de cooperativas ligadas ao Movimento. E a Divisão de Conflitos Agrários e Fundiários (Decaf) encaminhou às 12 superintendências da Polícia Federal o dossiê que contém as acusações, que foram levantadas pela Secretaria Federal de Controle e pelo Incra e que haviam sido entregues à Procuradoria Geral da República. De acordo com o dossiê, o MST estaria cobrando uma taxa que varia entre 3% e 11% dos empréstimos liberados pelo governo aos sem terra.

São denúncias velhas que, agora, foram requentadas. Por que razão? As acusações de que o MST cobra "pedágio" foram levantadas há meses pelo jornal *O Estado de S. Paulo* e depois complementadas por uma reportagem que o chefe da sucursal da *Folha de S. Paulo* em Brasília, Josias de Souza, fez no Paraná a partir de documentos que lhe foram passados pelo governo. Desta vez, Josias voltou à carga, com um artigo publicado no último domingo todo ele também ancorado em documentos oficiais. E o *Estado de S. Paulo* fez o mesmo. No "Painel do Leitor" da *Folha* de hoje, o Assessor de Comunicação do MST, Nilton Viana, esclarece o seguinte:

1. O artigo de Josias foi baseado num relatório de sindicância preparado por funcionários do Incra "por encomenda de seus diretores de Brasília". Josias "cita exemplos (do suposto desvio) do assentamento de Bituruna (PR), mas não ouviu nenhum dos assentados para saber se era verdade o que os funcionários do Incra escreveram".
2. O colunista da *Folha* "assume a acusação de que cobrar 3% sobre as operações de crédito é desvio de dinheiro público sem mencionar que na mesma operação o Banco do Brasil cobra 8% de taxa sem ser seu o dinheiro – e isso também seria um desvio de dinheiro público";
3. "O jornalista esconde o principal: os recursos são empréstimos, portanto, o agricultor vai pagá-los".
4. "Se o jornalista estivesse de fato preocupado com a verdade, deveria ter feito também um artigo sobre outros relatórios que existem no Incra sobre desvio de recursos públicos para super desapropriações, em que se beneficiaram latifundiários e funcionários do Incra".

O colunista se aproveita de uma frase mal redigida pelo assessor do MST para desqualificar toda a sua resposta. A frase é a seguinte: "Cerca de 60% dos recursos do empréstimo podem ser usados como mão-de-obra, e, portanto, ele faz o que quer com esse dinheiro". Tal como afirma Josias de Souza, de fato o agricultor não pode fazer o que quer com o empréstimo recebido do Governo. Tem que aplicá-lo no projeto do assentamento. O detalhe é que, como tem reiteradamente explicado seus dirigentes, os agricultores vinculados ao MST são incentivados a pagar uma contribuição, que é voluntária, para manter o Movimento. Essa taxa é comparável à mensalidade que qualquer trabalhador paga ao sindicato de sua categoria. E não pode ser confundida com qualquer espécie de "desvio", como pretendem os dirigentes do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Incra, inclusive porque "não há crime sem lei anterior que o defina".



As acusações de cobrança de "pedágio" voltam a ser feitas agora com o propósito de desqualificar o MST como um interlocutor legítimo dos trabalhadores rurais sem terra. A razão para isso é fortalecer a posição do governo na queda de braço que ele manteve com o MST nas últimas semanas. O movimento fez ocupações e protestos em vários cantos do país reivindicando um empréstimo de R\$ 2.000,00 para custear a safra do próximo ano, que os assentados pagariam nos termos da Linha A do Pronaf (juros de 1,15% e descontos de até 40% do principal).

O governo se comprometeu a encaminhar esse pedido nas negociações havidas em julho mas, ao contrário, recomendou às instâncias financeiras que o pedido fosse recusado. No protesto contra a posição oficial, o MST realizou, inclusive, um acampamento em frente à fazenda dos filhos do presidente Fernando Henrique Cardoso, no Noroeste de Minas e o governo central reagiu enviando tropas do Exército e agentes da Polícia Federal para o local.

No final das negociações que se seguiram, Jungmann insistiu em conceder o empréstimo nas condições da Linha C do Pronaf (com juros de 4% ao ano e desconto de R\$200,00 sobre o principal), que é destinado a pequenos proprietários e tem o objetivo de "emancipar" os agricultores, isto é, jogá-los na arena em que vigoram as "leis do mercado". Diante do impasse, e após a intermediação feita pela CNBB, a OAB e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, o governo renovou a proposta ao MST na semana passada e ontem aguardava uma resposta, que não lhe foi dada.

O ministro chefe da Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, declara que o MST não aceita a proposta de Jungmann porque não quer os assentados progredirem. Pois, se eles progredirem, o Movimento perderia a razão de existir, disse o general. Tanto para o general Cardoso como para o ministro Jungmann, o MST seria um "movimento político", pouco interessado na Reforma Agrária. Numa recente entrevista ao *Jornal do Brasil*, Jungmann disse claramente que o "O MST quer claramente um projeto de poder. Eu diria que é um protopartido radical camponês".

Para combater o fantasma político em que transformaram o MST, Jungmann, o general Cardoso, o próprio presidente da República já tentaram, sem sucesso, fazer uma meia-sola na Lei de Segurança Nacional para enquadrar seus dirigentes. Agora, voltam à carga, com a história do "pedágio". A tática do governo é clara: o MST não é um movimento social, é político e usa métodos escusos; deve, portanto, ser combatido pela polícia.

O presidente da República disse na Europa que o Brasil não tem mais trabalhadores sem terra; mas, sim, sem crédito. Com isso ele quer dizer que o problema agrário no país não existe mais; o que existem são problemas de mercado, financeiros. Quem está insistindo em reforma agrária são marginais que devem se haver com a polícia. É uma forma grosseira de tratar do problema, mas não é uma novidade – a questão social sempre foi caso de polícia, para os governos conservadores